



Informe Anual
Desempenho Econômico-financeiro 2015



Informe Anual 2015

Sumário

Mensagem do Presidente e do Vice-Presidente 06

Mensagem do Diretor-Geral 08

MODELO DE NEGÓCIO E CRIAÇÃO DE VALOR

Cenário macroeconômico e energético 12

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil 14

Atuação no mercado não regulado

Evolução da atividade da Gas Natural Fenosa em São Paulo 16

RESULTADO OPERACIONAL

Atividade Comercial 20

Crescimento do número de clientes nos últimos cinco anos

Evolução do volume de vendas de gás natural

Serviço a Clientes 22

Gestão Jurídica 23

Atividade Técnica e Operações 24

Pesquisa e Desenvolvimento

Qualidade, segurança e meio ambiente

RESULTADOS FINANCEIROS

Recursos Investidos 28

Sumário Financeiro 28

Remuneração aos acionistas 30

Financiamentos 30

Panorama Tributário 31

VALOR GERADO PARA A SOCIEDADE

Responsabilidade Social Corporativa 34

Relacionamento com a Sociedade 37

Relacionamento com Órgãos Públicos 42

Acionistas 43

A ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva 46

Comitê de Direção 46

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO 54



Este informe reproduz obras de arte pertencentes à coleção do *Museo de Arte Contemporânea* (MAC - Museu de Arte Contemporânea) da Gas Natural Fenosa. Acesse o site, escaneando este código QR com o seu dispositivo móvel.



Mensagem do Presidente e do Vice-Presidente

Senhores,

Não obstante os desafios impostos pelo cenário econômico brasileiro, a Gas Natural Fenosa em São Paulo alcançou, mais uma vez, em 2015, recorde histórico em captação e incremento líquido de clientes, fechando o ano com 57.260 usuários atendidos em 18 municípios da região Sul do estado paulista e mantendo-se na posição de terceira maior distribuidora de gás natural canalizado do país, em número de clientes e em extensão de redes, com mais de 1,6 mil km em operação.

O resultado positivo está em linha com os números igualmente arrojados conquistados pelo grupo no Rio de Janeiro, chegando ao término do ano com um total de quase 931 mil clientes no Brasil. Líder em vendas, o grupo, contudo, apresentou redução do volume distribuído, de -6%, especificamente, em São Paulo, em razão da queda da produção industrial que ocorre em todo o país. No segmento residencial, porém, houve aumento das vendas, de 9%, o que evidencia os esforços da empresa em seguir cumprindo sua missão de disseminar o uso do gás natural também no interior paulista, a despeito dos obstáculos econômicos encontrados ou dos entraves característicos da região, tais como a cultura ainda incipiente sobre o uso do gás natural canalizado e as longas distâncias *green field*, isto é, ainda sem nenhuma infraestrutura de distribuição e carente de grandes investimentos.

Nesse sentido, em 2015, o grupo investiu R\$ 60 milhões em construção e manutenção da infraestrutura de fornecimento nas cidades em que atua no Estado de São Paulo. Deu início, ainda, ao fornecimento de gás natural canalizado às residências, aos comércios e posto de GNV no município de Itapetininga, substituindo o abastecimento local temporário,

via GNC. Houve, ainda, a conclusão do gasoduto de 105 km, interligando Laranjal Paulista a Botucatu, em um investimento de R\$ 82,8 milhões.

Ainda que os resultados financeiros da companhia em São Paulo reflitam a crise pela qual passa o país, o grupo não deixou de acreditar na economia brasileira e de aportar em projetos de responsabilidade social e de relacionamento com a comunidade das regiões abastecidas. Investiu na formação e no desenvolvimento de seus colaboradores e em projetos de responsabilidade social, cultural, educacional e ambiental, que contribuiram para o seu reconhecimento como empresa cidadã, demonstrado por meio dos diferentes destaques e prêmios recebidos ao longo do ano.

Assim, o grupo Gas Natural Fenosa seguiu – e permanece – apostando no setor gasista brasileiro e no país, agradecendo, de maneira especial, a confiança depositada, aos acionistas, ao Governo do Estado de São Paulo, por meio de sua agência reguladora ARSESP, aos fornecedores, parceiros e à toda a equipe de profissionais da empresa que, com dedicação e comprometimento, partilham desse ideal de fazer chegar os benefícios do uso do gás natural canalizado a cada vez mais pessoas e contribuir para um mundo sustentável e melhor. A todos, mais uma vez, nosso muito obrigado.

Bruno Ambrust
Presidente

Antoni Almela
Vice-presidente



Mensagem do Diretor-Geral

Senhores,

O ano de 2015, a exemplo de outras tantas empresas, de diferentes setores da economia brasileira, foi de superação de desafios para a Gas Natural Fenosa em São Paulo.

Por um lado, período de esforços comerciais redobrados e aumento da base de clientes, com 8.426 novos usuários, ou +17% de incremento, alcançando recorde histórico de captações, pelo segundo ano consecutivo. Por outro, momento de redução do volume total de gás natural vendido, de -23.754 mil m³, equivalentes a -6%, em razão, principalmente, da baixa competitividade do gás natural e da queda da produção industrial diretamente associada à crise econômica do país.

Um dos focos de atuação foram os projetos de soluções energéticas, tais como: cogeração, climatização e geração em ponta, realizados pela Gas Natural Serviços, uma empresa do grupo Gas Natural Fenosa, que contribuem para a eficiência do processo de produção e o consumo de energia nas empresas, ao mesmo tempo em que potencializam o uso do gás natural, como alternativa econômica e eficiente, além de ambientalmente correta.

Como parte dos investimentos necessários, em 2015, a companhia concluiu importante projeto de expansão da infraestrutura de distribuição de gás natural até Botucatu, finalizando a construção do gasoduto de 105 km, partindo de Laranjal Paulista. Somando aporte total de R\$ 82,8 milhões, passou a abastecer residências e comércios na cidade.

Paralelamente, os empenhos constantes para atender o usuário, sempre com a máxima qualidade e agilidade,

resultaram em um elevado Índice de Satisfação Global, em 8,61. Da mesma forma, tiveram sequência os patrocínios aos projetos que agregam valor às comunidades da região atendida, contribuindo para o fortalecimento da imagem corporativa, assim como para a promoção da cultura, diminuição da desigualdade social e respeito ao meio ambiente. A responsabilidade social é um valor intrínseco à empresa, evidenciado pela realização de ações de estímulo ao bem-estar e à qualidade de vida, como palestras, campanhas preventivas, eventos sociais e atividades esportivas e, antes de tudo, por meio de um ambiente de trabalho saudável, prazeroso e seguro, este último o mais relevante e uma condição de trabalho em todo o grupo.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para os resultados de superação: acionistas, investidores, colaboradores, clientes, parceiros, governos municipais e estadual e ARSESP e renovo nosso compromisso permanente de expandir o uso do gás natural no interior do Estado de São Paulo, fomentando o crescimento de toda a região.

Muito obrigado.

Miguel Marcelo Napolitano
Diretor-Geral

Modelo de Negócio e Criação de Valor

Cenário macroeconômico e energético 12

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil 14

Atuação no mercado não regulado

Evolução da atividade da Gas Natural Fenosa em São Paulo 16



Fernando Babio.
Paisagem na neblina 2
(*Paisaje en la niebla 2*).
1978.
38 x 47 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Cenário macroeconômico e energético

O ano de 2015 transcorreu em um cenário desafiador para o Brasil e demais países da América Latina. A queda da demanda internacional de *commodities* afetou as rendas dessas economias, pressionando principalmente as atividades exportadoras e as contas fiscais. Isso provocou uma depreciação generalizada da cotação das moedas, um fluxo de saída de capitais e um encarecimento do custo da dívida.

No continente asiático, a matriz econômica da China, principal demandante das *commodities* exportadas pelo Brasil, passou por mudanças significativas, deixando de priorizar investimentos em infraestrutura e aumentando sua dependência do consumo doméstico. Essa reconfiguração levou a uma desaceleração do crescimento da economia do país, com previsões de se estabilizar em patamares próximos a 6% – a metade do ritmo de dez anos atrás. Além disso, a recuperação da economia norte-americana, que ocasionou a primeira elevação de juros básicos após dez anos pelo *Federal Reserve*, refletiu em uma elevação do custo da dívida para economias emergentes como o Brasil.

Nesse contexto, as exportações e os investimentos públicos e privados de países produtores de *commodities* da



América Latina sofreram uma retração com impacto na atividade econômica.

Dessa forma, o governo brasileiro adotou uma política visando à contenção do *déficit* fiscal e manteve o ritmo de arrocho monetário iniciado em 2014, buscando limitar a tendência crescente da inflação, que alcançou o patamar de 10,67%, em 2015, medida pelo IPCA. Entretanto, o *déficit* fiscal primário em 2015 foi recorde, representando 1,88% do PIB. Diante da falta de medidas eficazes capazes de reduzir efetivamente o *déficit* fiscal, ao longo do ano as três agências internacionais qualificadoras de risco rebaixaram a nota de crédito do Brasil e tiraram o grau de investimento da dívida soberana.

Adicionalmente, a Petrobras, que tem impacto considerável na atividade

econômica do país, atravessa uma crise derivada de uma antiga política de congelamento de preço da gasolina adotada pelo governo para controlar a inflação, da queda do preço do petróleo, de um elevado grau de alavancagem, e ainda das investigações judiciais por irregularidades na contratação de serviços e realização de investimentos. Esse contexto a forçou a reduzir consideravelmente seu plano de investimentos e a adotar um programa de desinvestimentos em ativos não estratégicos, propagando um impacto na atividade e um estresse financeiro para a atividade industrial do país, de uma forma geral, e para o ramo de construção civil, com empresas envolvidas nas referidas investigações.

Essa conjuntura aprofundou ainda mais a recessão econômica, provocando uma queda de 3,8% no PIB do país.

No setor de petróleo e gás, a atual situação da Petrobras requer que o governo faça uma revisão das políticas-chave para o desenvolvimento da indústria, como a regulação de conteúdo local, a possível operação de terceiros no pré-sal e os desinvestimentos em áreas de gás e energia, trazendo, assim, a oportunidade de ampliar a participação de agentes privados em um setor em que a Petrobras tem mantido um monopólio.

Apesar da conjuntura adversa e em função dos investimentos de longo prazo já realizados, o pré-sal alcançou, em dezembro de 2015, o patamar recorde de 1,091 Mboe/d, representando 34,4% da produção total do país, de 3,164 mm³/dia, que cresceu 2,2% frente a dezembro de 2014, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Além disso, o pré-sal também possibilitou a superação da marca de produção de 100 mm³/dia de gás natural ao final do ano, embora praticamente a metade desse volume seja consumida na própria atividade de *upstream*. Por isso, continuou sendo fundamental a importação de gás para fornecimento ao mercado interno, com uma média de 32 mm³/dia importada via gasoduto Brasil-Bolívia e a regasificação de 17,94 mm³/dia de gás natural liquefeito (GNL), de acordo com o Boletim do Ministério de Minas e Energia.

Embora o preço do gás importado tenha acompanhado a queda do preço do petróleo, a depreciação do Real e o fim da política de descontos praticados pela Petrobras reverteram esse impacto. Assim, o preço médio da *commodity*

praticado pela Petrobras teve, no ano, um acréscimo de 18% quando medido em Reais. Do lado da demanda, o volume consumido de gás natural experimentou uma leve queda de 1,3% em 2015, alcançando uma média anual de 98 mm³/dia. O segmento industrial, com uma demanda média de 43 mm³/dia, recuou apenas 0,4%, mostrando importante resiliência apesar da forte retração da atividade industrial no ano.

O mercado residencial/comercial teve um crescimento de 1,1%, impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim, alcançou-se a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil, com um incremento no ano de quase 8%. O segmento automotivo (GNV) contraiu-se pelo sétimo ano consecutivo, com uma queda de 3,2%, em decorrência da recessão econômica.

Exatamente como em 2014, o setor de geração elétrica manteve-se como o principal segmento da demanda de gás natural, concentrando quase 50% do volume total de vendas no país. E isso apesar da queda na demanda elétrica e como consequência da estratégia do governo de manter a geração termelétrica para recuperar os níveis dos principais reservatórios do país. Vale destacar que, no mercado elétrico, a demanda de energia em 2015 foi de 464 TWh, com recuo de 2,1% frente a 2014. A principal motivação dessa retração esteve na demanda industrial, que experimentou uma queda de 5,3% no ano.

O mercado residencial/comercial teve um crescimento de 1,1%, impulsionado principalmente pela estratégia de captação de clientes por parte das principais distribuidoras do país. Assim, alcançou-se a marca de 2,8 milhões de clientes residenciais no Brasil, com um incremento no ano de quase 8%.

Gas Natural Fenosa apresenta trajetória de crescimento sólido e sustentável no Brasil

A Gas Natural Fenosa é uma multinacional líder no setor de gás e eletricidade. Presente em mais de 30 países, com 23 milhões de clientes, a empresa é a maior do mercado de distribuição de gás na Espanha, com mais de 5 milhões de clientes em mil municípios. A empresa também lidera o mercado de distribuição de gás na América Latina, estando presente em Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México e Peru.

Com mais de 170 anos de história, a empresa baseia seu negócio nos mercados regulados e liberalizados de gás e eletricidade, com uma contribuição crescente da atividade internacional. A companhia foi eleita, pelo quarto ano consecutivo, a líder mundial no setor de *utilities* de gás, segundo o índice *Dow Jones Sustainability*. Esse reconhecimento é concedido apenas a um reduzido grupo de empresas que têm excelente comportamento ambiental, social e ético.

Em seus 18 anos de atuação no Brasil, a Gas Natural Fenosa apresenta uma trajetória de crescimento sólido e sustentável. A empresa iniciou suas atividades em 1997, quando venceu o leilão de privatização do serviço de distribuição de gás e passou a operar a Ceg e a Ceg Rio, a primeira com atuação na região metropolitana do Rio de Janeiro e a segunda no interior do estado. A Ceg é a que reúne o maior número de clientes,



um total de 873.585, e está presente em 18 municípios. Já a Ceg Rio opera em 33 municípios, com um total de 55.550 clientes.

Em São Paulo, na região sul, a Gas Natural Fenosa começou suas atividades no ano 2000. Na ocasião, tratava-se de uma área *greenfield*, onde não havia serviço de distribuição de gás. Hoje a empresa, com sede em Sorocaba, ocupa a posição de 3ª maior distribuidora em número de clientes, com uma carteira de mais de 57 mil consumidores e uma rede com mais de 1,4 mil km de extensão.

Desde que começou a operar no Brasil, a Gas Natural Fenosa investiu R\$ 5,8 bilhões nas três distribuidoras de gás, sendo boa parte destinada à expansão de suas redes. As três empresas atendem juntas um total de 986.395 clientes, estão presentes em 71 municípios e operam uma rede de 7,03 mil km de extensão.

As três áreas de concessão são reguladas. No Rio de Janeiro a fiscalização é realizada pela Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio

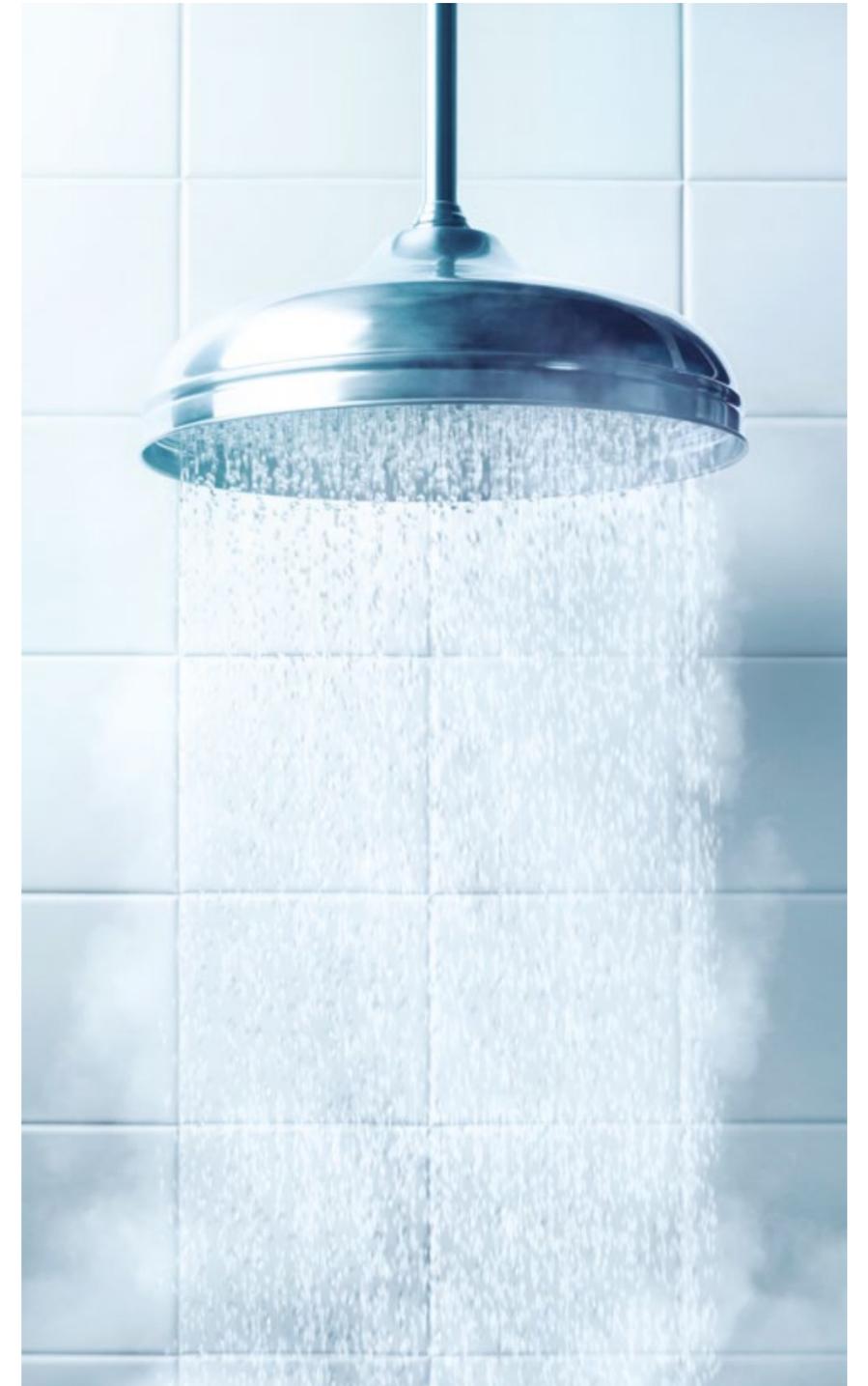
(Agenera) e, em São Paulo, pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (Arseps).

Se considerarmos a soma dos resultados financeiros alcançados pelas três distribuidoras de gás, a Gas Natural Fenosa está entre os 100 maiores grupos do Brasil.

Atuação no mercado não regulado

Com a criação da Gas Natural Serviços (GNS), também em 2000, o grupo iniciou suas atividades no mercado não regulado. A empresa comercializa soluções energéticas, cogeração, climatização, geração em ponta e compressão de gás para postos de gás natural veicular (GNV). A empresa também realiza a venda e instalação de aquecedores e oferece assistência domiciliar, inclusive por meio de planos de manutenção de equipamentos a gás e elétricos. Como diferencial de mercado, a empresa busca garantir a aplicabilidade das normativas vigentes e preservar a segurança de seus clientes, que hoje já são cerca de 30 mil, atuando de forma a fomentar o consumo de gás. Em linha com seus objetivos estratégicos, aliados à oportunidade de mercados decorrentes da atual situação energética do país, a GNS vem ampliando, nos últimos anos, seu negócio no segmento de geração elétrica, cogeração e iluminação de LED.

A empresa Gas Natural do Brasil (GNB) também integra o grupo, tendo como finalidade participar no capital de outras empresas, prestar serviços de assessoria energética, elaborar estudos de viabilidade e de mercado, além de participar de projetos e programas de termogeração e termoeletricidade.



Evolução da Atividade da Gas Natural Fenosa em São Paulo



Cientes captados no ano de 2015: as altas acumuladas totalizaram 10.034 clientes, sendo 9.772 residenciais, 253 comerciais, 8 industriais e 1 posto de GNV. Estes números apontam o desempenho excelente da gestão comercial na captação de novos clientes, que, novamente, bateu recorde. O resultado obtido é traduzido pelo incremento líquido de clientes.



Incremento líquido e total de clientes: no ano de 2015, houve incremento líquido (altas menos baixas) de 8.426 clientes, crescimento de +17% em relação a 2014. O número total de clientes registrado no fechamento do ano foi de 57.260.



Vendas: as vendas de gás natural em 2015, que totalizaram 407.331 mil m³, tiveram um declínio de -6% em relação a 2014, quando somaram 431.085 mil m³. Credita-se ao fato a crise econômica pela qual passa o país e a conseqüente queda da produção, somadas à baixa da competitividade do gás natural na região, principalmente, no segmento industrial.



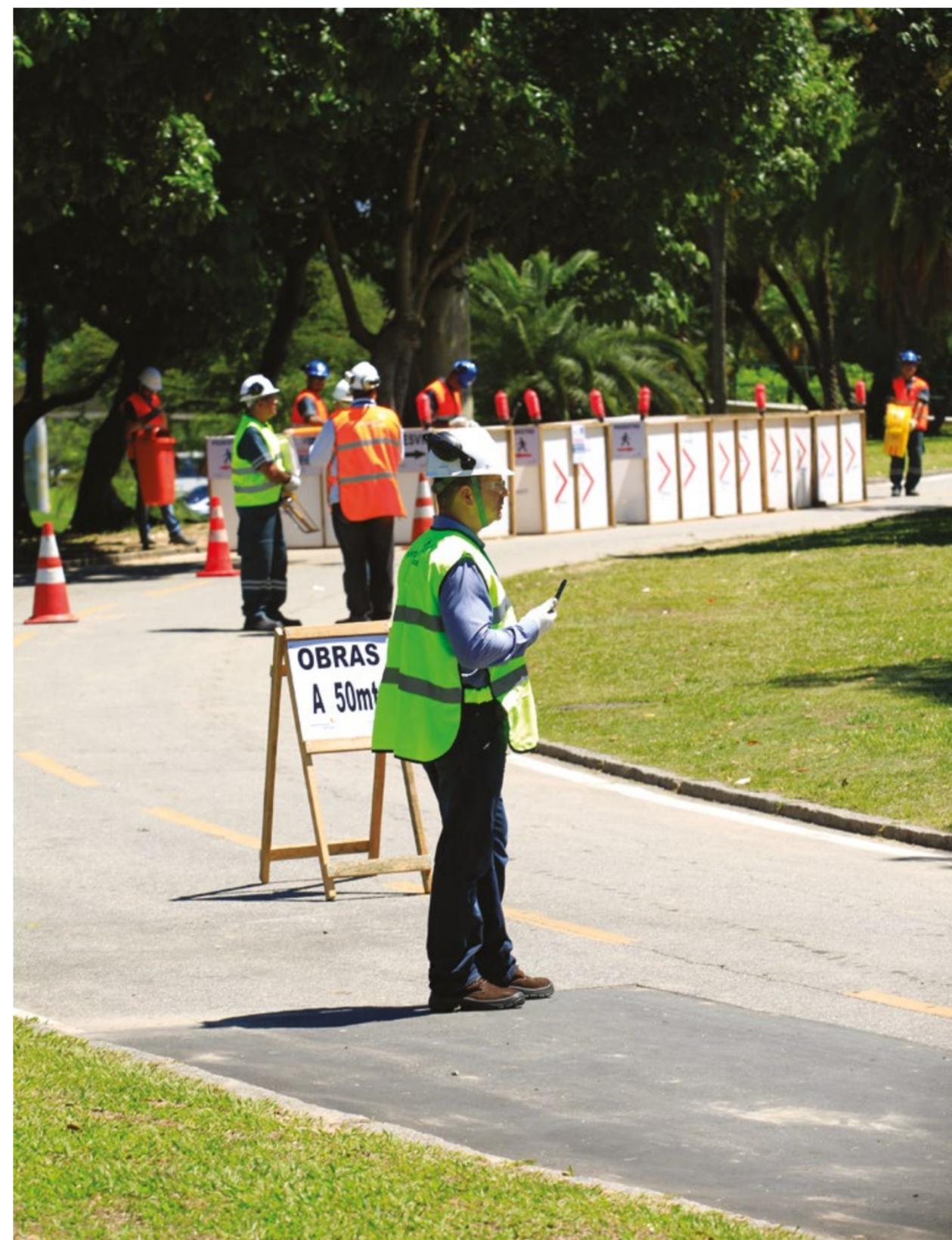
Investimentos: foram investidos R\$ 60 milhões no ano de 2015, sendo R\$ 54,3 milhões destinados à construção de infraestrutura de distribuição e o restante, R\$ 5,7 milhões, para manutenção da rede e demais gastos operacionais da empresa.



Atividade operacional: foram atendidas 41.407 chamadas no teleatendimento, de janeiro a dezembro de 2015, com um alto índice de Satisfação Global de Clientes, de 8,61 pontos.



Fatos relevantes: alcançados, novamente, recordes históricos em captação e incremento líquido de clientes: 10.034 e 8.426, respectivamente. Inauguração do fornecimento de gás natural às residências, aos comércios e posto de GNV (gás natural veicular) de Itapetininga, com a conclusão das obras de infraestrutura de distribuição definitiva na cidade. Antes disso, desde 2013, a companhia já atendia, pontualmente, as indústrias 3M e GDBR. Início do fornecimento de gás natural para residências e comércios da cidade de Botucatu, com o término da construção do gasoduto de 105 km, partindo de Laranjal Paulista e totalizando um investimento de R\$ 82,8 milhões.



Resultado Operacional

Atividade Comercial 20

Crescimento do número de clientes nos últimos cinco anos

Evolução do volume de vendas de gás natural

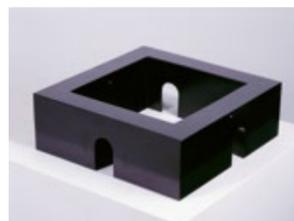
Serviço a Clientes 22

Gestão Jurídica 23

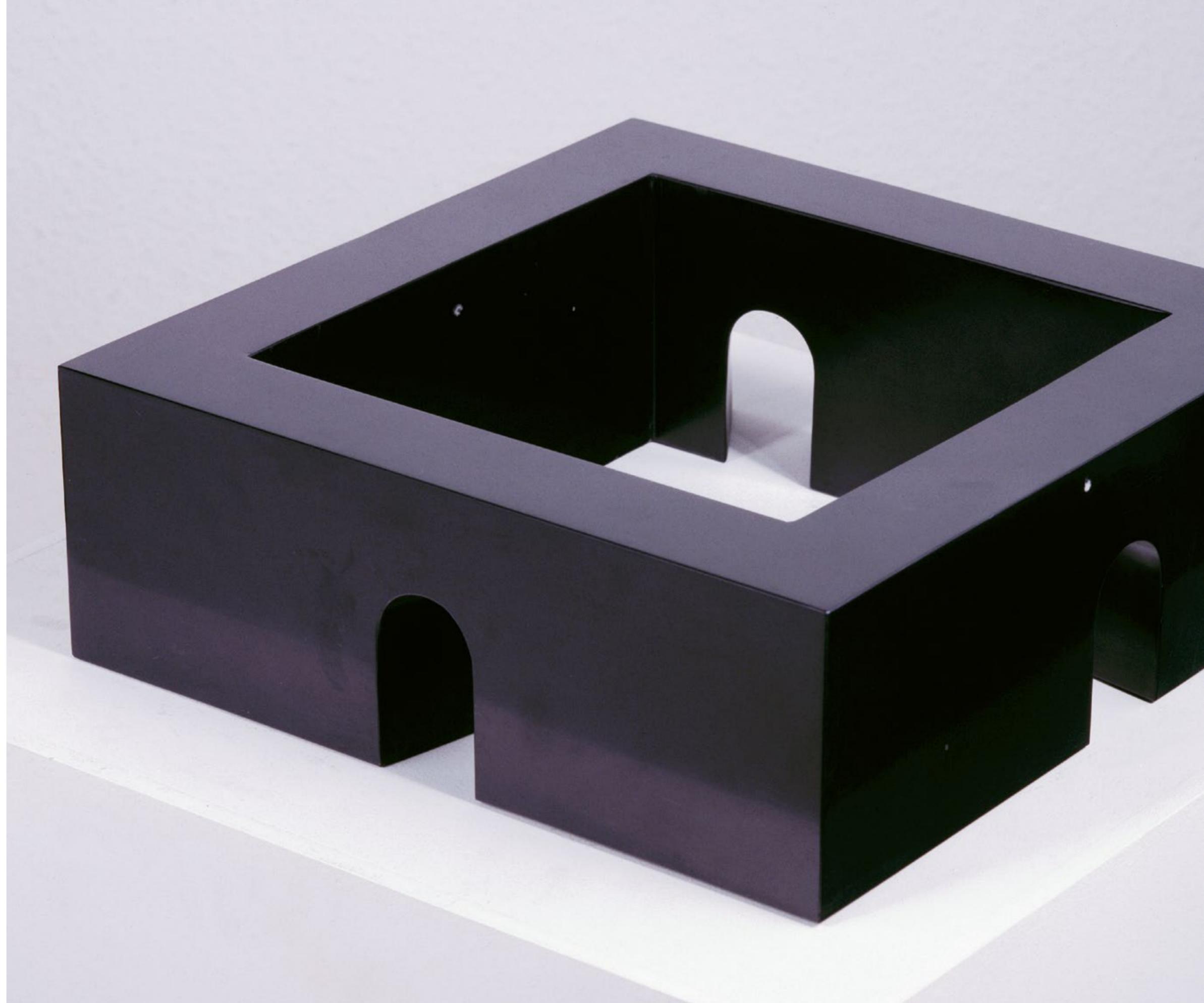
Atividade Técnica e Operações 24

Pesquisa e Desenvolvimento

Qualidade, segurança e meio ambiente



Adrián Carra.
Children's corner.
1989.
36 x 36 x 12 cm.
Pedra de Calatorao.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Atividade Comercial

Em 2015, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu início à distribuição de gás natural na cidade de Botucatu, totalizando 18 municípios atendidos na região Sul do Estado de São Paulo, incluindo também: Sorocaba, Itu, Salto, Votorantim, Tatuí, São Roque, Mairinque, Araçariguama, Laranjal Paulista, Porto Feliz, Boituva, Cerquilha, Alumínio, Cesário Lange, Itapetininga e Iperó.

O projeto de instalação do gasoduto de 105 km, que atende Botucatu, partindo de Laranjal Paulista, somou um investimento total de R\$ 82,8 milhões.

O desempenho em captações de clientes residenciais foi, novamente, o mais expressivo já registrado pela companhia desde 2009, somando 9.772 novas residências. No segmento comercial, foram captados 253 novos estabelecimentos.

Houve, contudo, pequeno incremento na captação de postos de distribuição de GNV (4%), também em razão da queda de competitividade do gás natural. Segundo o mesmo cenário, houve redução de 10 clientes industriais, apresentando uma queda de -1% em relação ao ano anterior.



Municípios atendidos 2015

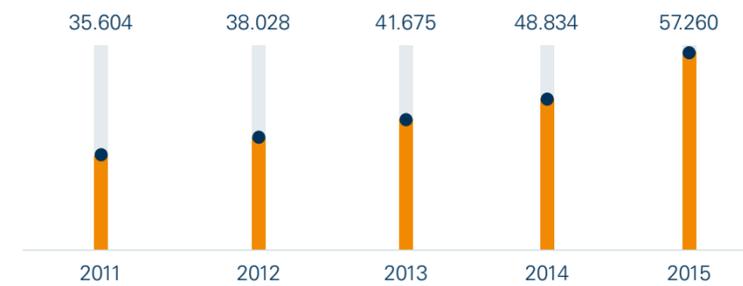
Com rede de gás canalizado	18
Com GNC	0
Total	18

Clientes	2015	2014	Varição	Varição (%)
Residencial	55.670	47.404	8.266	+17%
Comercial	1.374	1.213	161	+13%
Industrial	190	192	-2	-1%
GNV	26	25	1	+4%
Total	57.260	48.834	8.426	+17%

Crescimento do número de clientes nos últimos cinco anos

Em 2015, a captação de clientes foi recorde, novamente, com um aumento de 12,79% (10.034), totalizando 57.260 usuários. Em relação ao incremento líquido, a expressiva alta foi de 17% (8.426) em relação a 2014.

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



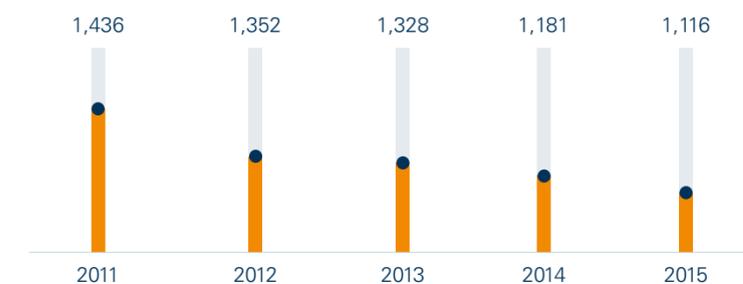
Volume (m³)	2015	2014	Varição (%)
Doméstico	5.053.469	4.638.473	+9%
Comercial	5.200.986	5.192.727	0%
Industrial	384.365.412	407.950.737	-6%
GNV	12.711.784	13.303.323	-4%
Total vendido	407.331.652	431.085.260	-6%

Evolução do volume de vendas de gás natural

O volume total de gás natural distribuído em 2015 foi de 407.331 mil m³/ano, com uma redução de -6%. O destaque foi para o segmento residencial, que apresentou alta de 9% do volume vendido, enquanto o comercial permaneceu, praticamente, estabilizado.

No segmento industrial, porém, foi registrada diminuição acentuada do volume consumido (-6%), em virtude da queda da produção das fábricas, assim como da baixa competitividade do gás natural. O segmento de GNV, da mesma forma, seguiu apresentando redução do volume consumido (-4%), resultado dos entraves para o desenvolvimento do setor no interior do Estado de São Paulo.

Evolução do volume de vendas nos últimos 5 anos



Serviço a Clientes

Em São Paulo, a Gas Natural Fenosa destacou-se pelo índice de satisfação quanto aos serviços prestados, além de outros indicadores de desempenho do setor de Serviços a Cliente.

O Índice Global de Satisfação de Clientes fechou 2015 com pontuação de 8,61. É uma nota excelente, que demonstra a confiabilidade do usuário no fornecimento contínuo (sem interrupções) do gás natural, além do fortalecimento da imagem da companhia, do cumprimento das expectativas quanto ao preço praticado e do incremento do índice de lealdade dos clientes.

Outro indicador importante foi o Índice de Satisfação-Reclamações, que avançou de 6,14, em 2014, para 7,31, em 2015, também reflexo de todas as ações com foco nas necessidades do cliente.

Continuam contribuindo para esses resultados as ações internas, de melhorias dos processos, assim como as externas, de consolidação da marca da empresa atrelada à responsabilidade social corporativa.

A companhia procurou estabelecer um diálogo mais próximo de seus consumidores, por meio de uma página no Facebook e Twitter, e esses atendimentos estão sendo um grande diferencial. O tempo médio de resposta, por meio das redes sociais, foi de 53 minutos, em 2015. Além disso, o portal da companhia na *web* tem diversos serviços e facilidades para os clientes e acionistas.



Índice Global de Satisfação de Clientes 2015

Ano	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
2015	8,66	8,67	8,61	8,61

No Facebook, a empresa mantém um aplicativo no qual o cliente pode encaminhar suas dúvidas e solicitações.

A atenção com os serviços *on-line* continuou sendo o foco do setor em 2015, que prosseguiu buscando novas ferramentas para facilitar e tornar mais rápido o atendimento ao cliente, ao mesmo tempo em que otimiza os recursos da empresa.

Por sua vez, o número total de teleatendimentos cadastrados no sistema, em 2015, foi 41.407.

Atendimentos realizados



(*) redes sociais: Facebook, Twitter e site Reclame Aqui

Gestão Jurídica

A empresa participou do projeto pioneiro desenvolvido pela Diretoria Jurídica do Grupo Gas Natural Fenosa: "Conversa com o Judiciário", em parceria com o Instituto Justiça e Cidadania, que visa estimular o diálogo entre o Poder Judiciário e as empresas, com vistas a melhorar práticas de gestão e a reduzir demandas judiciais.

Por meio desse projeto, são realizadas palestras que visam esclarecer aos colaboradores da companhia e convidados a respeito de assuntos relacionados, por exemplo, aos direitos do consumidor e cidadania, objetivando o *compliance* jurídico das práticas empresariais.

Entre os meses de março e julho de 2015, foram realizadas 4 palestras. A empresa vem implementando esforços para reduzir o número de processos ativos, buscando a composição amigável com os usuários e visando prevenir litígios.



Atividade Técnica e Operações

Em 2015, a Gas Natural Fenosa em São Paulo expandiu sua infraestrutura de distribuição, executando 2,030 ramais e 200 km de redes, sendo 82 km de redes de média pressão e 118 km de alta pressão, terminando o ano com mais de 1.619 mil km em operação e mantendo-se como a 3ª maior distribuidora de gás natural canalizado do país em infraestrutura de fornecimento e em número de clientes atendidos. Garantindo a confiabilidade e a segurança do sistema, foram realizadas inspeções preventivas em 100% das redes de alta e média pressão e efetuadas outras 3.219 inspeções em instalações auxiliares.

Pesquisa e Desenvolvimento

Com recursos destinados ao programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a Gas Natural Fenosa em São Paulo desenvolveu seis projetos no ano de 2015, todos com foco em melhorias do sistema de instalação interna das redes de gás natural, assim como estudos de eficiência energética e o uso do GNV, como alternativa para redução do impacto ambiental. O investimento total no programa foi de cerca de R\$ 540,9 mil.



Qualidade, segurança e meio ambiente

Em São Paulo, a empresa seguiu as diretrizes do projeto Compromisso com a Segurança e a Saúde do grupo no mundo, apresentando ótimos resultados. Foram realizadas 164 OPSs (Observação Preventiva de Segurança), sendo que a meta estipulada para 2015 era de 108. Outro indicador que atingiu o objetivo para o ano foi o IDS (Inspeção Documentada de Segurança), com 160 registros.



01

Nada é mais importante que a segurança e a saúde

02

Todo acidente pode ser evitado

03

A segurança é uma responsabilidade da Direção

04

A segurança é uma responsabilidade individual

05

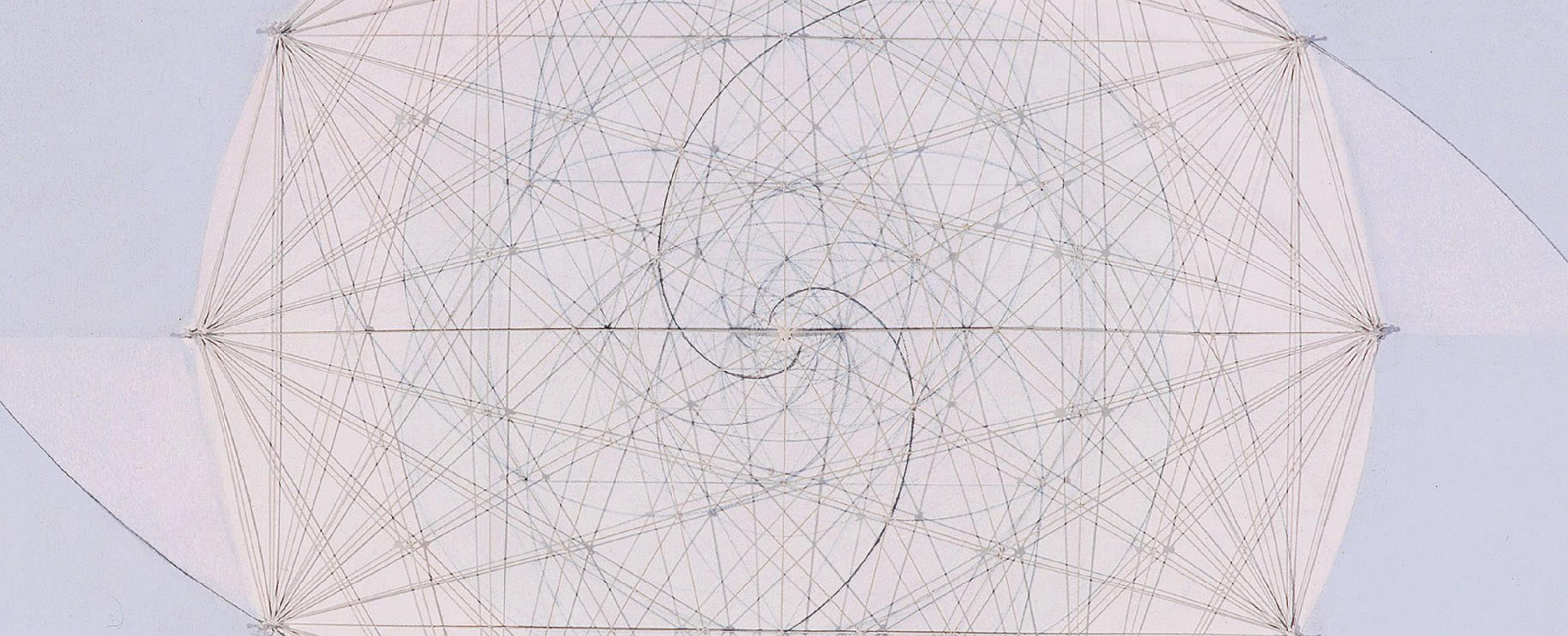
Todos os trabalhos devem ser planejados e executados pensando na segurança

“Na Gas Natural Fenosa, apenas aceitamos uma maneira de trabalhar: com segurança”.

Índices de Acidentes

Índices	Objetivos da GNF*	Indicadores da GNF* Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤1,90	0,00
Acidentes do Trabalho – mortais	0,00	0,00
Sistema de Distribuição – valoração	10,00	10,00

*GNF – Grupo Gas Natural Fenosa



Informe Anual 2015

Resultados Financeiros

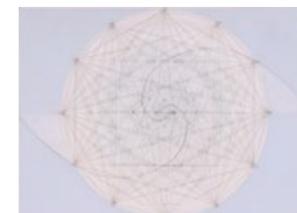
Recursos Investidos 28

Sumário Financeiro 28

Remuneração aos acionistas 30

Financiamentos 30

Panorama Tributário 31



José María de Labra.
Galáxia espiral.
1976.
50 x 71 x 6 cm.
Técnica mista sobre madeira.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.

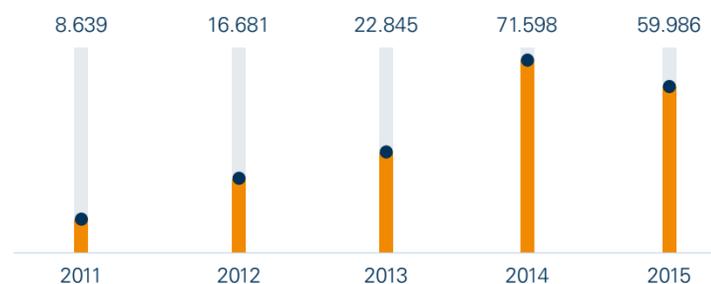
Recursos Investidos

Em 2015, a companhia realizou um investimento de R\$ 60 milhões, -16% do registrado no ano anterior. Esta redução deve-se, principalmente, à conclusão da construção do gasoduto de transporte do gás natural até o município de Botucatu, o que equivale a 39% do total investido no ano, ou 44% de todo o aporte em infraestrutura de distribuição (R\$ 54,3 milhões). O restante, R\$ 5,7 milhões, foi convertido para manutenção das redes e as demais áreas de operação da empresa.

Investimento	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Total (R\$ mil)	60	71,6	-11,6	-16%
Infraestrutura de distribuição	54,3	68,9	-14,6	-21%
Manutenção e demais investimentos	5,7	2,7	3,0	111%

Evolução dos investimentos nos últimos 5 anos:

Investimentos (R\$ mil)



Sumário Financeiro

Receita Líquida

A Receita Líquida da empresa em 2015 foi de R\$ 474,2 milhões, o que representa uma redução de -12,84% em relação ao ano anterior. Isto se deu, basicamente, pelo impacto na redução do volume de gás natural vendido ao mercado industrial, observando-se, ainda, uma redução nas tarifas dos mercados residencial, comercial e industrial, a partir de 31/05/2015, em função do repasse do custo de gás autorizado pela ARSESP, por meio da Deliberação nº 577.

Lucro Bruto

A empresa alcançou Lucro Bruto de R\$ 92,9 milhões, apresentando uma redução de cerca de -39,35% em relação ao exercício de 2014. A diferença foi em razão, principalmente, da variação existente entre o preço efetivamente pago ao fornecedor de gás e o custo do mesmo incluído na tarifa cobrada dos clientes, que, a partir de 31/05/2015, passou a ser menor, em função da redução nas tarifas autorizada pela ARSESP, por meio da

Deliberação nº 577. Desde 2010, por conta da mudança de prática contábil, passou-se a reconhecer a variação do custo do gás adquirido diretamente no resultado, deixando de reconhecê-la no ativo.

Lucro Operacional

O Lucro Operacional da companhia, em 2015, foi de R\$ 20,2 milhões, apresentando uma redução de quase R\$ 57,6 milhões em relação ao ano anterior, reflexo, basicamente, da atualização monetária das tarifas.

Lucro Líquido

O Lucro Líquido do exercício fechou 2015 em R\$ 15.677 mil, o que representa uma redução de R\$ 48.195 mil, ou seja, 75,46% inferior a 2014.

Lajida (Ebitda)

Em 2015, o Lajida registrado foi de R\$ 56,9 milhões, com redução de -49,42% sobre 2014.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou, em 2015, o valor negativo de R\$ 837 mil, frente ao valor positivo de R\$ 3.800, em 2014. A companhia apresentou, em 2015, um maior custo financeiro, em função da elevação do endividamento, o que gerou gasto financeiro superior com dívida.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Receita líquida das vendas e serviços	474.264	544.118	-69.854	-12,84%
Lucro bruto	92.922	153.205	-60.283	-39,35%
Lajida (Ebitda)	56.957	112.618	-55.661	-49,42%
Lucro operacional	20.202	77.873	-57.671	-74,06%
Lucro líquido do exercício	15.677	63.872	-48.195	-75,46%
Margem Bruta	19,59%	28,16%	-8,56%	-30,41%

Lajida (R\$ mil)	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Lajida	56.957	112.618	-55.661	-49,42%
Lucro líquido do exercício	15.677	63.872	-48.195	-75,46%
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	3.688	17.801	-14.113	-79,28%
Depreciação e amortização	36.755	34.745	2.010	5,79%

Lajida

Resultado financeiro (R\$ mil)	2015	2014	Variação (R\$)	Variação (%)
Resultado financeiro	(837)	3.800	-4.637	-122,03%

Remuneração aos acionistas

Em conformidade com a estrutura de capital apresentada, a administração propôs uma distribuição de resultados de R\$ 8,26 milhões a título de juros sobre o capital próprio, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, que foi realizada em 29/04/2016. O pagamento, em única parcela, está previsto para o mês de julho de 2016.

Financiamentos

A política de buscar financiamentos, preferencialmente junto a entidades multilaterais, tem colaborado para que a empresa mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos projetos. Em 2015, suas ações foram pautadas pela obtenção de recursos financeiros provenientes de empréstimos com taxas variáveis indexadas ao CDI. Para 2016, a empresa manterá a política de buscar financiamentos, preferencialmente junto às entidades multilaterais, nas melhores condições de mercado.

Panorama Tributário

Em atendimento à Instrução Normativa nº 1.422/2013, da Receita Federal, foi concluída, em 2015, a implantação da Obrigação Acessória ECF – Escrituração Contábil Fiscal, que substitui a DIPJ – Declaração de Informações Econômico Fiscais.

Assim como nos anos anteriores, a companhia vem buscando a automatização dos processos de apuração dos tributos e do cumprimento das

obrigações acessórias, com o objetivo de aumentar a eficiência e a confiabilidade das informações produzidas.

A Gas Natural Fenosa busca, constantemente, a eficiência fiscal, de forma a garantir as boas práticas tributárias e a correta aplicação da legislação.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na legislação tributária vigente.

GNF SP (MBRL)	2015	2014	Varição (%)
COFINS	8,09	16,19	-50,03
PIS	1,75	3,51	-50,14
IRPJ	0,88	5,65	-84,42
CSLL	2,10	6,86	-69,39
IOF	0,37	0,08	362,50
ARSESP	2,72	2,44	11,48
ICMS	16,06	25,34	-36,62
IPVA	26,72	30,53	-12,48
ISS	0,006	0,03	-80,00





Informe Anual 2015

Valor Gerado para a Sociedade

Responsabilidade Social Corporativa 34

Relacionamento com a Sociedade 37

Relacionamento com Órgãos Públicos 42

Acionistas 43



Gerardo Rueda.
Composição (Paisagem) II.
1957.
40 x 130 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.

Responsabilidade Social Corporativa

Para promover um entorno de trabalho motivador e desenvolver seus profissionais, a Gas Natural Fenosa em São Paulo implantou e deu prosseguimento a programas de treinamento, desenvolvimento, reconhecimento e equilíbrio da vida pessoal e profissional para os colaboradores.

Principais indicadores	2015
Quadro de Pessoal/Número de funcionários	32
Homens/Mulheres (%)	72/28
Total de diretos*	1
Mulheres em postos diretos	0
Gastos de Pessoal (R\$)	5.910.388,21
Horas de treinamento por empregado	68,55
Investimento em formação anual (R\$)	107.717,96

*Diretores e gerentes

Conquista do certificado de manutenção **EFR (empresa familiarmente responsável)**, que reconhece a Gas Natural Fenosa como líder na qualidade de emprego, flexibilidade ao estímulo à vida social dos colaboradores, assim como à sua formação e desenvolvimento profissional. Um resultado que potencializa uma cultura corporativa baseada no respeito e compromisso mútuo da empresa com seu quadro de funcionários.

Oportunidades de desenvolvimento

Com o objetivo de reforçar o compromisso da Gas Natural Fenosa com o desenvolvimento profissional de seus funcionários, ampliando canais de comunicação para que empresa e colaboradores mantenham aberta a discussão sobre desenvolvimento e carreira, a empresa realizou a sexta edição do evento "Carreira em Foco".

Esta ação contou com especialistas em Recursos Humanos, que, por meio de palestras, consultorias individuais e a divulgação de programas e políticas de gestão de carreira, mostraram aos colaboradores as ferramentas de desenvolvimento que a empresa disponibiliza para cada um e a melhor forma de utilizá-las.

A Gas Natural Fenosa no Brasil, investiu R\$ 1.482.941,31, em mais de 69 mil horas de capacitação para funcionários e terceirizados.



Projetos relevantes desenvolvidos em 2015

Gestão de Talentos: o programa Gestão de Talento tem como objetivo apoiar as necessidades estratégicas do grupo, potencializando a cultura do desenvolvimento fundamentada no modelo de competências consolidado nos últimos anos - Modelo de Liderança. Em 2015, o Comitê de Direção do grupo passou pelo segundo processo de avaliação 360°, baseado nas 24 competências do modelo citado, visando elaborar um novo Plano de Desenvolvimento Individual (PDI). Por meio do PDI, concretiza-se o comprometimento com o crescimento profissional alinhado com os interesses, expectativas e capacidades de cada um.

Implantação e sistematização da Avaliação de Competências para colaboradores individuais

Além de passarem por uma avaliação 90°, os 400 colaboradores realizam seu PDI – Plano de Desenvolvimento Pessoal, com as competências que desejam desenvolver ao longo do próximo ano.

Programa Savia: em continuidade ao programa que visa à ampliação das habilidades de gestão, à melhoria do desempenho e à eficiência das lideranças, assim como a estimular o compromisso e a motivação. Participaram da formação do Programa Savia 2.0 os líderes que possuem gestão de equipes e foram formados com o objetivo de reforçar e ampliar as capacidades e habilidades de gestão de mudança e experiência com o cliente.

Itinerários Formativos: os itinerários são uma solução formativa personalizada, apresentada em um mapa de habilidades e conhecimentos. Cada itinerário é composto por três blocos: conhecimentos de contexto, habilidades e conhecimentos funcionais. Ao longo do ano, continuamos com a aplicação do Itinerário de Gestor de Obra e implementamos o Itinerário de Soluções Energéticas.

Universidade Estendida: a Universidade Estendida prevê treinamentos para fornecedores e contratadas, com o intuito de apoiar na consecução dos objetivos, assegurando a formação dos fornecedores e garantindo a adequação aos padrões de qualidade, segurança e serviço da empresa. No total, foram realizadas 33.551 horas de formação com os prestadores de serviço do grupo, incluindo a participação de prestadoras de serviço da Gas Natural Fenosa em São Paulo.

carreiraemfoco

A cada atividade, um novo ponto de vista para sua carreira.

O **Carreira em Foco** é uma iniciativa da Gas Natural Fenosa para ajudar você a gerenciar seu desenvolvimento na empresa. Participe das atividades que mais combinam com você.

As vagas são limitadas, agende sua participação o quanto antes em carreira@gasnatural.com.

gasNatural fenosa
Desenvolvendo sua carreira na Gas Natural Fenosa.

Programa de Mobilidade Interna:

continuamos potencializando o programa, com o objetivo de promover a movimentação interna na empresa, aumentando, com esse contingente, a cobertura de vagas e obtendo uma ótima adequação pessoa-posto. O índice de vagas fechadas com colaboradores internos foi de 65%, sendo 61% de promoções e 39% de movimentações laterais.

Programa Bolsa de Estudos: patrocina parte importante do investimento na educação. A Gas Natural Fenosa em São Paulo promoveu o desenvolvimento profissional e pessoal de seus colaboradores, por meio de uma bolsa de estudo fornecida em 2015, totalizando 4 bolsas ativas neste ano, em cursos de graduação e pós-graduação, ligados às necessidades da empresa e atividades do cargo.

Programa de Reconhecimento: a empresa homenageou o empenho e a dedicação dos funcionários em projetos relevantes ocorridos ao longo do ano, como, por exemplo, a Implantação do Sistema Zeus e os participantes do projeto Compromisso com a Segurança e Saúde.

Qualidade de Vida: datas comemorativas foram celebradas com a equipe, como: Páscoa, Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Mestre, Dia das Crianças e Natal.

Compromisso com a Segurança e Saúde: em continuidade ao Compromisso com a Segurança e a Saúde, realizamos, em 2015, as formações de Segurança Viária e Investigação de Incidentes e Acidentes, com o objetivo de reforçar a todos os colaboradores da empresa o compromisso de cada um com os temas.



Café com a Direção: uma oportunidade de aproximação com a direção da empresa, integração e troca de ideias. Os temas são definidos pelos empregados, que possuem total liberdade de fazer perguntas de seu interesse para nossos líderes da alta direção.

Serviço de Atenção ao Empregado (SAE): estabelece um novo modelo de relação com seus funcionários, oferecendo três novos canais de relacionamento, uma ferramenta informática (sae.online), um serviço de atenção telefônica e e-mail exclusivo. Principais benefícios: aumento da satisfação com o serviço prestado, compromisso com prazos e qualidade das respostas, assim como aportar eficiência nos processos das áreas internas, que dão serviço ao empregado.

Políticas de Benefícios: a Gas Natural Fenosa em São Paulo contou, no ano de 2015, com 25 tipos de benefícios, entre os quais se destacam: Plano de Previdência, Plano de Saúde, Plano Odontológico, Auxílio-medicamentos, Seguro de Vida, Auxílio-creche, Auxílio-excepcional, Vale-refeição, Cesta Básica, Empréstimos e Extensão da Licença-maternidade de quatro para seis meses.

A jornada de trabalho, exceto para os funcionários de serviços essenciais, realizou-se em horários flexíveis, tanto para a entrada, quanto para a saída. Em todos os feriados que ocorreram às terças e quintas-feiras, os funcionários foram dispensados do trabalho às segundas e sextas (com exceção daqueles que trabalham em serviços essenciais), mediante a compensação, conforme calendário estabelecido pela empresa. Durante todo o ano, foi realizada a redução de jornada de trabalho em duas horas às sextas-feiras, mediante compensação ao longo do ano.

Relacionamento com a Sociedade

Em linha com a Missão, Visão e os Valores do grupo em todo o mundo, a Gas Natural Fenosa em São Paulo deu continuidade às ações e aos programas de responsabilidade social, cultural, educacional e ambiental, desenvolvidos com o intuito de contribuir para a promoção do bem-estar e o acesso à cultura das comunidades de sua área de atuação.

Dessa forma, a companhia patrocinou projetos que contribuíram para agregar valor à sociedade, utilizando os recursos disponíveis em importantes parcerias com organizações culturais e entidades de responsabilidade social e ambiental.

Ações Sociais

• Empresa Amiga Solidária

Pelo décimo ano consecutivo, a Gas Natural Fenosa foi reconhecida como “Empresa Amiga Solidária”, pelo auxílio prestado à instituição de utilidade pública Lar Escola Monteiro Lobato, em Sorocaba, para a educação e a formação sociocultural de crianças e adolescentes carentes. Os recursos doados pela empresa, em 2015, foram utilizados para auxiliar no custeio das atividades anuais da instituição.

• Campanha do Agasalho

Em 2015, em parceria com o Fundo Social de Solidariedade do Governo do Estado de São Paulo, a companhia entregou 1.200 cobertores, divididos entre os Fundos Sociais de Solidariedade das cidades de Sorocaba e região.



• Campanha do Dia das Crianças

Por mais um ano, a Gas Natural Fenosa em São Paulo pôde contar com a parceria das indústrias clientes Cotiplás e Super Toys, na venda subsidiada de 800 brinquedos para doação às crianças carentes atendidas por diferentes entidades assistenciais, durante a semana de 12 de outubro. Em 2015, foram atendidos nessa campanha os Fundos Sociais das cidades de Porto Feliz, Botucatu, Cerquilha, Itapetininga, Itu, Sorocaba, Tatuí e Votorantim.

• Cestas de Natal

Desde 2007, a companhia colabora com as comemorações de Natal promovidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade das cidades onde atua, fazendo doações de cestas de Natal para distribuição às famílias menos favorecidas. Em 2015, os municípios de Boituva, Laranjal Paulista, Cerquilha, Itu, Porto Feliz e Sorocaba foram beneficiados pelo programa, com um total de 120 cestas.

• Casa de Belém

Em 2015, foram doadas 25 cestas básicas mensais para a Casa de Belém, de Salto, instituição que tem como missão acolher e abrigar, temporariamente, as crianças vitimizadas pelas violências física, sexual e/ou psicológica ou em total estado de abandono. Da mesma forma, no Natal, os colaboradores da companhia doaram brinquedos aos assistidos.

• Lar Casa Bela

A companhia apoiou um relevante trabalho social promovido pelo Lar Casa Bela, de Sorocaba, instituição que abriga crianças vítimas de maus-tratos ou negligência familiar. A empresa forneceu dez cestas básicas mensais, para ajudar a manter as atividades no local. Além disso, os colaboradores doaram brinquedos às crianças no Natal.



• GPACI

Durante todo o ano de 2015, a Gas Natural Fenosa em São Paulo doou recursos mensais, para a manutenção do tratamento de crianças com câncer atendidas pelo hospital do GPACI (Grupo de Pesquisa e Apoio ao Câncer Infantil), localizado na cidade de Sorocaba e que é referência estadual em índices de cura da doença.

• 8ª Corrida e Caminhada Cruzeiro do Sul

Em junho, a companhia patrocinou a 8ª Corrida e Caminhada, uma realização do jornal Cruzeiro do Sul, que reuniu mais de 1.600 competidores e incentivou a prática do esporte e dos hábitos saudáveis de vida entre a população. Equipe de colaboradores da empresa também participou da ação, em sinergia com o projeto de Prevenção e Saúde do grupo Gas Natural Fenosa.



• Corrida Harley-Davidson

Em linha com o programa de Saúde e Prevenção do grupo Gas Natural Fenosa, a empresa apoiou, pelo segundo ano consecutivo, a 2ª edição da Harley-Davidson Run, realizada no dia 20/12/2015. A corrida, que é promovida pela AASP (Associação de Atletismo Saint Pegoreti Sorocaba), com o apoio da Prefeitura Municipal, reuniu cerca de 900 atletas, sendo 31 corredores inscritos da companhia.



Ações Ambientais

• **Pilhas, baterias de celular, cartuchos e tonners**

Em 2015, a empresa deu continuidade à parceria com a Cooperativa de Coleta Seletiva Reviver, integrante do projeto de reciclagem da Prefeitura de Sorocaba, possibilitando o reaproveitamento de 54 kg de pilhas e baterias usadas de celular no ano.

A iniciativa contribui para evitar danos ao meio ambiente e à saúde, provocados pelo descarte indevido desses materiais na natureza.

• **VIII Simpósio do Meio Ambiente da Unimed Sorocaba**

Participação, pelo sétimo ano consecutivo, no “VIII Simpósio de Meio Ambiente”, realizado pela Unimed Sorocaba, que escolhe o gás natural como fonte de energia, moderna e ecológica, para o seu hospital. O simpósio reuniu especialistas brasileiros em temas ligados ao meio ambiente e à sustentabilidade.

gasNatural fenosa

MUDE O DESTINO DOS SEUS RESÍDUOS.

A sustentabilidade começa com o seu despertar



Conheça o tempo de decomposição dos resíduos que serão reciclados pela Gas Natural Fenosa Brasil:

PAPEL	PLÁSTICO	ÓLEO DE COZINHA	LIXO ELETRÔNICO
Papel e papelão: cerca de 6 meses	Embalagens, equipamentos, etc.: cerca de 450 anos	Óleo usado na cozinha: tempo indeterminado	Equipamentos eletrônicos ou seus componentes: cerca de 450 anos

Fonte: www.ambientes.ambientebrasil.com.br

Ações culturais

• **Apoio ao Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba (MACS)**

Em 2015, a Gas Natural Fenosa em São Paulo continuou desenvolvendo a parceria com o MACS (Museu de Arte Contemporânea de Sorocaba). Os recursos aportados foram utilizados para a realização de oito exposições de curta e média duração, que contaram com a curadoria do museólogo Fábio Magalhães e de outros curadores e mais três exposições itinerantes do acervo da instituição, em parceria com entidades congêneres.

Todas contaram com ações educativas de monitores para atender os estudantes visitantes.

No dia 18/09/16, os colaboradores da companhia participaram de uma arte de integração, com uma visita monitora à exposição “Papilios”, do artista francês Raphael Blum, que tem como tema central o retrato de pessoas comuns e a relação delas com seus respectivos espaços urbanos, sendo a figura da borboleta a linha condutora dessa experiência. Na sequência, os participantes assistiram a uma apresentação realizada pelo diretor-geral.



• **Associação dos Arquitetos e Engenheiros de Sorocaba**

A Gas Natural Fenosa em São Paulo apoiou, novamente, o jantar em comemoração ao Dia do Engenheiro e Arquiteto, organizado pela AEAS (Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sorocaba). O evento reuniu mais de 600 convidados, entre engenheiros, arquitetos, empresários e representantes das empresas apoiadoras.

• **Anuário In Casa de arquitetura**

A companhia patrocinou a festa de lançamento do anuário In Casa de Arquitetura, uma publicação da editora A2, que reúne os mais reconhecidos projetos arquitetônicos de Sorocaba e região. Na ocasião, também foi realizada a cerimônia de premiação dos melhores projetos de 2014.

Relacionamento com Órgãos Públicos

• Início do fornecimento em Itapetininga

Em 23/02/2015, a Gas Natural Fenosa em São Paulo, em parceria com o CIESP Sorocaba, a Associação Comercial de Itapetininga e a ARSESP, organizou evento de inauguração do fornecimento de gás natural às residências, aos comércios e posto de GNV de Itapetininga, com a conclusão das obras de infraestrutura de distribuição definitiva na cidade, um gasoduto de 105 km, partindo de Laranjal Paulista e totalizando investimento de R\$ 85 milhões.

O encontro, realizado no Horto Florestal, ao lado da ECPP da companhia em Itapetininga, contou com a presença de autoridades, parceiros, clientes, imprensa local e demais convidados. Antes disso, desde 2013, a empresa já abastecia pontualmente a indústria 3M, via GNC (gás natural comprimido) transportado em carretas, até que foi finalizada a construção da infraestrutura definitiva de distribuição.

• Frente Parlamentar em Apoio à Exploração do Gás Natural no Estado de São Paulo

Participação em reuniões de trabalho da Frente Parlamentar em Apoio à Exploração do Gás Natural no Estado de São Paulo. A articulação é liderada pelo deputado estadual Orlando Morando, com a participação das três distribuidoras de gás natural do Estado de São Paulo, além do apoio da ARSESP, da Secretaria de Energia do Estado, de outras secretarias estaduais e de deputados federais.



• Cadernos Patrimônios de Itu

Patrocínio à impressão de 1.500 exemplares do livro "Caderno Patrimônios de Itu", que, em sua primeira edição, discute sobre o restauro da Igreja Matriz e as pranchas com pinturas de Padre Jesuíno do Monte Carmelo, nunca antes reveladas ao público.

• Copa Superbol de Vôlei em Itapetininga

Apoio à realização do jogo de decisão da Copa Superbol de Vôlei, realizado em novembro, em Itapetininga, como parte das comemorações dos 245 anos de fundação da cidade. Na ocasião, estiveram no município, pela primeira vez, atletas da base da Seleção Brasileira masculina e feminina e o consagrado técnico Bernardinho.

Acionistas

Acionista

Gas Natural Internacional SDG	595.799.876	100%
Sérgio Manuel Aranda Moreno	1	0,00%
Total	595.799.877	100%

*Todas as ações da GNF SP são ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Administração

Diretoria Executiva 46

Comitê de Direção 46



David Lista Ranha.
**16 pedestais para
25 monumentos.**
1997.
111 x 126 x 126 cm (16 uds.).
Ferro, chumbo, lâmpadas
e cola.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.

Diretoria Executiva

Bruno Armbrust
Presidente

Antoni Almela Casanova
Vice-Presidente

Miguel Marcelo Napolitano
Diretor-Geral

Vicente de Angel Zafra
Diretor de Operações

Jorge Henrique da Silva Baeta
Diretor Econômico-Financeiro

Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Presidente

Antoni Almela Casanova
Vice-Presidente

Vicente de Angel Zafra
Operações

Sérgio Soares dos Santos
Planejamento, Ingressos e Regulação

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Jorge Henrique da Silva Baeta
**Econômico-Financeiro e de Relações
com Investidores**

Miguel Marcelo Napolitano e
Daniela Helena Napolitano
Comercial

Katia Brito Repsold
Gestão de Rede

Mário Jose Nevares Cadengue
Clientes

Gilberto Guimarães Rosa da Silva
Serviços Compartilhados

Daniele Viana Toval Conrado
Recursos Humanos

Marcio Gomes Vargas
Controle de Gestão

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Flávio Campos
Informática

Ana Carolina Almeida
Auditoria Interna



Esteban Vicente.
Sem título.
1988.
56 x 112 cm.
Colagem sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Este informe reproduz obras de arte pertencentes à coleção do *Museo de Arte Contemporáneo* (MAC - Museu de Arte Contemporânea) da Gas Natural Fenosa. Acesse o site, escaneando este código QR como seu dispositivo móvel.

Informe Anual 2015

Desempenho Econômico-financeiro

Relatório dos auditores independentes sobre as
demonstrações financeiras 54

Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2015 58

Relatório dos auditores
independentes
sobre as demonstrações
financeiras



Manolo Quejido.
Baab.
1999.
240 x 200 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea
da Gas Natural Fenosa.



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Gas Natural São Paulo Sul S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gas Natural São Paulo Sul S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2016.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 “F”

Maria Salete Garcia Pinheiro
Contador CRC 1RJ048568/O-7

Demonstrações
Financeiras de acordo
com as práticas contábeis
adotadas no Brasil em
31 de dezembro de 2015



Manuel Ángeles Ortiz.
Albaicín.
1958.
54,2 x 66,5 cm.
Óleo sobre tela.
Museu de Arte
Contemporânea (MAC)
da Gas Natural Fenosa.



Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

Ativo	2015	2014
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	4.450	46.425
Contas a receber de clientes (Nota 8)	72.767	77.722
Estoques (Nota 9)	1.230	1.055
Tributos a recuperar (Nota 10)	17.773	12.432
Partes relacionadas (Nota 11)	2.518	-
Outros Ativos	194	286
	98.932	137.920
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 10)	6.594	6.145
Débitos restituíveis (Nota 12)	328	328
Ativos fiscais diferidos (Nota 13 (a))	4.880	6.516
Depósitos Judiciais (Nota 19)	644	867
Partes relacionadas (Nota 11)	-	29
Outros ativos	-	3
	12.446	13.888
Intangível (Nota 14)	638.625	611.792
Diferido (Nota 15)	2.595	5.246
	653.666	630.926
Total do ativo	752.598	768.846

Passivo e patrimônio líquido	2015	2014
Circulante		
Empréstimos (Nota 16)	2.384	404
Fornecedores (Nota 17)	44.978	48.320
Obrigações trabalhistas a pagar	1.275	1.040
Tributos a pagar (Nota 18)	6.564	7.839
Imposto de renda a pagar	-	476
Partes relacionadas (Nota 11)	1.118	384
Juros sobre capital próprio a pagar (Nota 22)	9.723	15.170
Outros passivos	1.427	1.040
	67.469	74.673
Não circulante		
Empréstimos (Nota 16)	69.473	39.520
Provisão para contingências (Nota 19)	5.333	4.776
	74.806	44.296
Total do Passivo	142.275	118.969
Patrimônio líquido (Nota 21)		
Capital social	584.923	584.923
Reserva legal	17.223	16.439
Reserva de Expansão	3.007	3.007
Dividendo Adicional Proposto	5.170	45.508
	610.323	649.877
Total do passivo e patrimônio líquido	752.598	768.846

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Receita líquida (Nota 23)	474.264	544.118
Custo do serviço (Nota 24)	(381.342)	(390.913)
Lucro bruto	92.922	153.205
Despesas gerais e administrativas (Nota 26)	(67.255)	(67.033)
Outras receitas, líquidas (Nota 27)	(5.465)	(8.299)
Lucro operacional	20.202	77.873
Resultado financeiro, líquido (Nota 25)	(837)	3.800
Receitas financeiras	4.241	4.854
Despesas financeiras	(4.706)	(641)
Atualizações monetárias, líquidas	(372)	(413)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.365	81.673
Imposto de renda e contribuição social – Corrente (Nota 13(d))	(1.970)	(6.050)
Imposto de renda e contribuição social – Diferido (Nota 13(d))	(1.718)	(11.751)
Lucro líquido do exercício	15.677	63.872
Quantidade de ações em circulação	595.800	595.800
Lucro básico por ação	26,31	107,20

Além do lucro líquido do exercício, não existiram outros resultados abrangentes. Dessa forma, a companhia não está apresentando a demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014
Em milhares de reais

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Legal	Expansão	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	
Em 31 de dezembro de 2013	584.923	13.245	3.007	47.437	-	648.612
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(47.437)	-	(47.437)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	63.872	63.872
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	3.194	-	-	(3.194)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 25,4616 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(15.170)	(15.170)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	-	-	-	45.508	(45.508)	-
Em 31 de dezembro de 2014	584.923	16.439	3.007	45.508	-	649.877
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	(45.508)	-	(45.508)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	15.677	15.677
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	784	-	-	(784)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$ 16,3192 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(9.723)	(9.723)
Dividendo adicional sujeito a aprovação	-	-	-	5.170	(5.170)	-
Em 31 de dezembro de 2015	584.923	17.223	3.007	5.170	-	610.323

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Em milhares de reais

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	19.365	81.673
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido (Notas 14 e 15)	36.755	34.745
Resultado na baixa do intangível	130	-
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	7.298	(77)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8)	657	589
Provisão para contingências (Nota 19)	557	2.586
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	4.298	2.085
Estoques	(175)	(179)
Tributos a recuperar e diferidos	(654)	14.372
Outros ativos	317	(80)
Fornecedores	(3.342)	4.914
Obrigações trabalhistas a pagar	235	167
Tributos a pagar	(5.439)	(23.308)
Partes relacionadas	(1.755)	(3.121)
Outros passivos	389	157
Caixa proveniente das operações	58.636	114.523
Juros pagos	(5.366)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.500)	(7.216)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	49.770	107.307
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de intangível (Nota 14)	(61.067)	(71.693)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(61.067)	(71.693)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Ingresso de empréstimos	30.000	40.000
Dividendos Pagos	(56.169)	(72.815)
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(4.509)	(4.478)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(30.678)	(37.293)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(41.975)	(1.679)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 7)	46.425	48.104
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 7)	4.450	46.425

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. (a “Companhia”) foi constituída com o objetivo de explorar serviços públicos de distribuição de gás canalizado, incluindo pesquisa, produção, aquisição, armazenamento, transporte, transmissão, exploração, distribuição e comercialização de gás combustível, de produção própria ou de terceiros na região Sul do Estado de São Paulo.

A Gas Natural São Paulo Sul S.A. é controlada pelo Grupo Gas Natural Fenosa cuja a sede é em Barcelona – Espanha.

A concessão obtida junto à Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, tem o prazo de 30 anos a partir do ano 2000, podendo ser renovada por mais 20 anos.

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo.

A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletemo valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A emissão destas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada por sua Administração, em 21 de março de 2016.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento

e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.1.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigentes a partir de 2015 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados, e foram classificados como empréstimos e recebíveis.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela distribuição de gás canalizado, venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa “PCLD” (*impairment*). Na prática, as contas a receber são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber e cheques a depositar, os quais são apresentados líquidos das respectivas provisões.

2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no

patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, na data do balanço e sobre o lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 13).

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributaria ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.7 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos sem a liquidação concomitante do correspondente passivo.

2.8 Intangíveis

(i) Concessão para exploração de serviços públicos

Demonstrado pelo custo de aquisição. O valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a sua vigência.

(ii) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização. A amortização é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(iii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *softwares* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

(iv) Servidão de passagem

Os gastos com servidão de passagem são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14.

2.9 Diferido

(i) Despesas pré-operacionais

Os custos com implantação e pré-operacionais até 31 de dezembro de 2008 foram capitalizados e são amortizados usando-se o método linear, no período de até dez anos, a partir da data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(ii) Instalações internas – captação

Referem-se aos gastos com instalações e equipamentos em residências, comércios e indústrias para captação de novos clientes e expansão dos negócios incorridos até 31 de dezembro de 2008.

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na lei nº 11.941/09, esses gastos permaneceram registrados no ativo diferido até sua amortização total. Os valores são amortizados conforme taxa demonstrada na Nota 15.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2015 em decorrência dessa avaliação.

2.11 Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Normalmente, as contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelos valores faturados, pois não contêm um componente de financiamento significativo.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.14 Benefícios a empregados

(i) Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

(ii) Planos de contribuição definida

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

2.15 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

2.16 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício,

com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em assembleia geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.17 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido ao cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Em maio de 2010, encerrou-se o processo de revisão tarifária, resultando numa redução das margens máximas permitidas para o 3º ciclo tarifário.

Para os três primeiros anos do 3º ciclo (jun-10 a mai-13), a Companhia foi autorizada pelo órgão regulador, a ARSESP – Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, a efetuar, dentro de suas políticas tarifárias internas, o complemento em suas tarifas de venda de gás, em aproximadamente R\$ 0,05/m³, para recebimento do montante de R\$ 60,8 milhões proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida em todo o segundo ciclo tarifário. Esse valor, acrescido na margem, é chamado de “Termo de ajuste K”. Esse complemento foi cobrado nas tarifas e aplicado até 31 de maio de 2013.

Para o quarto ano do 3º ciclo (jun-13 a mai-14), o Termo de ajuste K, autorizado pelo órgão regulador foi de aproximadamente R\$ 0,009/m³, para recebimento do montante de R\$ 4,6 milhões proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida ainda em relação ao segundo ciclo tarifário. Tal complemento foi cobrado nas tarifas até 31 de maio de 2014.

Para o quinto ano do 3º ciclo (jun-14 a mai-15), o Termo de ajuste K, autorizado pelo órgão regulador foi de aproximadamente R\$ -0,001795/m³, para devolução do montante de R\$ 825,87 mil proveniente de diferenças entre a margem máxima permitida e a margem obtida para o quarto ano regulatório. Tal complemento unitário será descontado das tarifas até 31 de maio de 2015.

A tarifa vigente atualmente na GNF SPS, foi atualizada em maio/2015, pelas portarias nº 577 que dispõe sobre o ajuste anual dos valores das Margens de Distribuição através do IGPM (+3,5504%), do custo médio ponderada do gás e do transporte (-4,09% (Segmento Demais) e +1,84% (Segmento GNV)) e pela portaria nº 576 que dispõe sobre o fator K.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Vendas de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo do serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação às contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida em que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.18 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2015. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1 de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do hedge, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de hedge e que o índice de hedge seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

- IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes” - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 – “Contratos de Construção”, IAS 18 – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Gas Natural São Paulo Sul S.A.

3 Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a companhia faz estimativas com

relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás é efetuada estimativas para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 35.762 (em 2014 de R\$ 34.372).

(b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

(c) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros sejam consumidos pela Companhia. A Companhia revisa a vida útil desses ativos ao final de cada exercício.

(d) Passivo contingente

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Econômico-Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído, inclusive com ajustes extemporâneos em caso de variação significativa no custo de gás. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é

oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2015, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de câmbio

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira. A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía empréstimos em moeda estrangeira.

(ii) Risco com taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não possuía nenhum contrato com a finalidade de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. A Companhia monitora continuamente as taxas de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de operação para sua proteção.

Em 31 de dezembro de 2015, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 118.564, principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes e renomadas no mercado – instituições financeiras de primeira linha. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente. A Nota 8 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de

crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 7, são divulgados os ativos que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são do fluxo de caixa não descontados.

	Menos de um ano	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2015		
Fornecedores	44.978	
Empréstimos e financiamentos	2.557	91.370
Contas a pagar – partes relacionadas	1.118	
Em 31 de dezembro de 2014		
Fornecedores	48.320	
Empréstimos e financiamentos	428	52.968
Contas a pagar – partes relacionadas	384	

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	2015	2014
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	71.857	39.924
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(4.450)	(46.425)
Dívida líquida	67.407	(6.501)
Total do patrimônio líquido	610.323	649.877
Total do capital	677.730	643.376
Índice de alavancagem financeira	10%	-

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos dos empréstimos e recebíveis no ativo e dos outros passivos financeiros, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros existentes no ativo da Companhia são representados por caixas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados. Os existentes no passivo são representados por empréstimos, fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias.

Os instrumentos financeiros são integralmente classificados como empréstimos e recebíveis no ativo no valor de R\$ 80.551 (em 2014 de R\$ 125.088) e como outros passivos financeiros no valor de R\$ 119.380 (em 2014 de R\$ 89.668).

	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2015	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes	72.767
Caixa e equivalentes de caixa	4.450
Depósitos Judiciais	644
Demais contas a receber	172
Partes Relacionadas	2.518
	80.551
	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2015	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	71.857
Fornecedores	44.978
Demais contas a pagar	1.427
Partes Relacionadas	1.118
	119.380
	Empréstimos e recebíveis
31 de dezembro de 2014	
Ativos, conforme o balanço patrimonial	
Contas a receber de clientes	77.722
Caixa e equivalentes de caixa	46.425
Depósitos Judiciais	867
Demais contas a receber	45
Partes Relacionadas	29
	125.088
	Outros passivos financeiros
31 de dezembro de 2014	
Passivo, conforme o balanço patrimonial	
Empréstimos	39.924
Fornecedores	48.320
Demais contas a pagar	1.040
Partes Relacionadas	384
	89.668

6 Qualidade do Crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. A Companhia concentra 100% do volume de caixa e equivalente de caixa em bancos com rating AAA.

Em relação às contas a receber, a Companhia possui uma carteira de 57.260 clientes dos segmentos residencial, comercial, industrial e veicular, não havendo concentração significativa em nenhum de seus clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e contas correntes bancárias (i)	4.450	15.652
Certificados de Depósitos Bancários – CDB (ii)	-	30.773
	4.450	46.425

(i) A redução de caixa refere-se ao reajuste de tarifa citado na nota 23 e um custo maior na compra de gás, contrato firmado com a Petrobras.

(ii) Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de depósito bancário em instituições financeiras de primeira linha, que foram remunerados à taxa média de 100,5 % do CDI – certificado de depósito interbancário em 2014. Em 2015, não houve aplicações financeiras de liquidez imediata.

8 Contas a receber de clientes

	2015	2014
Segmentos comercial e residencial	2.720	2.086
Segmento industrial	37.339	43.596
Fornecimento de gás medido e não faturado	35.762	34.372
Equipamentos	686	751
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.740)	(3.083)
	72.767	77.722

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2015	2014
A vencer	67.932	72.647
Até três meses	4.720	4.831
De três a seis meses	115	244
Acima de seis meses	3.740	3.083
	76.507	80.805

As movimentações na provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2015	2014
Em 1º de janeiro	3.083	2.494
Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	1.443	1.336
Recuperação de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	(786)	(747)
Em 31 de dezembro	3.740	3.083

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. A partir 30 dias de atraso ao pagamento da fatura os clientes industriais e GNV tem o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes residenciais, o fornecimento é suspenso a partir de 60 dias de atraso e para os clientes comerciais, o fornecimento é suspenso a partir de 30 dias de atraso.

Os valores inferiores a R\$ 6 são baixados das contas a receber após o prazo de 180 dias.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrado acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 4.835 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (em 2014 de R\$ 5.075).

9 Estoques

	2015	2014
Produtos para revenda	431	409
Almoxarifado	797	644
Matérias-primas	2	2
	1.230	1.055

10 Tributos a recuperar

	2015	2014
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	2.801	3.154
PIS – Programa de Integração Social	2.179	1.442
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	10.617	7.225
IRRF a compensar	1.507	1.500
IRPJ a compensar	1.756	-
CSLL a compensar	5.505	5.254
Outros	2	2
Total	24.367	18.577
Circulante	17.773	12.432
Não circulante – Realizável a longo prazo	6.594	6.145

Os créditos de ICMS, PIS e COFINS são decorrentes das compras de gás, materiais, equipamentos e insumos para a construção das redes de gás e serão recuperados com impostos devidos nas operações normais da Companhia. A parcela não circulante refere-se a impostos na compra de ativos imobilizados para a infraestrutura.

11 Partes relacionadas

Os saldos e operações com as partes relacionadas podem ser sumariados como segue:

(a) Saldos

	2015	2014
Ativo circulante – Partes relacionadas		
Gas Natural SDG, S.A.	2.518	-
Ativo não circulante – Partes relacionadas		
Gas Natural SDG, S.A.	-	29
	<u>2.518</u>	<u>29</u>
Passivo circulante – Partes relacionadas		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG	111	384
Gas Natural SDG, S.A.	974	-
Gas Natural Fenosa Engineering Brasil S.A.	33	-
	<u>1.118</u>	<u>384</u>

(b) Transações

Despesas operacionais	2015	2014
Serviços corporativos		
Cia. Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG	1.202	1.039
Serviços de uso de <i>software</i>		
Gas Natural Informatica, S.A.	385	357
Royalties		
Gas Natural SDG, S.A.	2.580	5.285
	<u>4.167</u>	<u>6.681</u>

O serviço de uso de *software* refere-se ao contrato com a Gas Natural SDG, S.A. para uso de direitos dos *softwares* corporativos da Companhia relativo à atividade operacional.

Em 5 de agosto de 2009, foi averbado pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) o contrato com a Gas Natural SDG, S.A. referente à transferência de conhecimentos técnicos e experiências (royalties), e seu valor é calculado pela aplicação da alíquota de 7% sobre o resultado operacional líquido, observando o limite máximo de 1% sobre o faturamento líquido.

Remuneração do pessoal chave da administração

A Administração da Companhia é efetuada de forma compartilhada com outras empresas do grupo e os custos correspondentes ao tempo dos diretores corporativos a serviço da Companhia são reembolsados por meio de notas de débito e estão incluídos nos montantes de serviços corporativos acima demonstrados, nos respectivos exercícios.

12 Débitos restituíveis

A Companhia, em dezembro de 2012, firmou com a Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. aditivo nº 01 ao contrato de compra e venda de gás natural importado celebrado em julho de 2002 (Contrato Convencional) e em complemento ao mesmo firmou na mesma data o Contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível). Ambos os contratos têm cláusulas prevendo quantidades mínimas a serem retiradas e transportadas. O não cumprimento dessas cláusulas enseja o pagamento de diferenças, as quais poderão ser convertidas em créditos.

Esses créditos poderão ser utilizados caso a Companhia venha a consumir tais quantidades mínimas dentro da vigência do contrato. Em 30 de junho de 2014 o contrato de compra e venda de gás natural importado foi encerrado. Já o contrato firme de compra e venda de gás natural (Contrato firme inflexível) segue vigente até 31/12/2019.

Tais créditos encontram-se registrados conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Ativo não circulante – realizável a longo prazo		
Capacidade de transporte paga e não utilizada (<i>Ship or Pay-SoP</i>)	328	328
	<u>328</u>	<u>328</u>

13 Ativos fiscais diferidos

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos fiscais diferidos apresentam-se como segue:

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	13.119	4.722	17.841
Diferenças temporárias do exercício	16.756	6.032	22.788
Diferenças temporárias Conta Corrente/Ativo Regulatório	(6.839)	(2.462)	(9.301)
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(16.192)	(5.828)	(22.020)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(2.053)	(739)	(2.792)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>4.791</u>	<u>1.725</u>	<u>6.516</u>
Diferenças temporárias do exercício	5.038	1.814	6.852
Diferenças temporárias Conta Corrente/Ativo Regulatório	(11)	(4)	(15)
Realização de ativos diferidos por:			
Reversões de provisões não dedutíveis no passado	(5.575)	(2.007)	(7.582)
Realização prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(655)	(236)	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>3.588</u>	<u>1.292</u>	<u>4.880</u>

(b) Período estimado de realização

Os valores dos ativos fiscais diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2015	2014
2015		3.516
2016	2.635	2.995
2017	2.245	5
	<u>4.880</u>	<u>6.516</u>

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

(c) Movimentação

	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor governo	Conta corrente Ativo regulatório	IR e CS diferidos sobre:		
					Ativo diferido	IR e CS Prejuízo Fiscal e Base Negativa	Total
Em 31 de dezembro de 2014	127	2.047	1.078	15	1.371	1.878	6.516
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	30	-155	-506	102	-216	-891	-1.636
Em 31 de dezembro de 2015	157	1.892	572	117	1.155	987	4.880

(d) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.365	19.365	81.673	81.673
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%, respectivamente	(4.841)	(1.743)	(20.418)	(7.351)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	2.431	875	7.515	2.705
Adições, líquidas	(321)	(116)	(206)	(73)
Incentivos fiscais	27	-	27	-
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	-	-	-
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de anos anteriores	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(2.704)	(984)	(13.082)	(4.719)
Do exercício	(1.441)	(529)	(4.441)	(1.609)
Diferidos	(1.263)	(455)	(8.641)	(3.110)
	(2.704)	(984)	(13.082)	(4.719)
Alíquota efetiva	14%	5%	16%	6%

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nºs 11.638/07 e 11.941/09.

A Administração da Companhia optou pela adoção antecipada em 2014.

14 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software (c)	Contrato de concessão	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	310.463	1.554	754	258.992	571.763
Aquisições			106	71.587	71.693
Amortização	(18.912)	(74)	(298)	(12.380)	(31.664)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	291.551	1.480	562	318.199	611.792
Custo total	535.825	2.056	5.607	426.891	970.382
Amortização acumulada	(244.277)	(576)	(5.045)	(108.692)	(358.590)
Saldo contábil, líquido	291.548	1.480	562	318.199	611.792
Saldos em 1º de janeiro de 2015	291.548	1.480	562	318.199	611.792
Aquisições			2.018	59.049	61.067
Baixas				(130)	(130)
Amortização	(18.911)	(74)	(290)	(14.829)	(34.104)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	272.637	1.406	2.290	362.289	638.625
Custo total	535.825	2.056	7.625	485.810	1.031.319
Amortização acumulada	(263.188)	(650)	(5.335)	(123.521)	(392.694)
Saldo contábil, líquido	272.637	1.406	2.290	362.289	638.625
Taxas anuais de amortização (%)	4	3	20	11,2	-

(a) Contrato de concessão possui um custo de aquisição no valor de R\$ 535.825 referentes ao contrato firmado entre a Gas Natural São Paulo Sul S.A. e o Estado de São Paulo em 31/05/2000, onde a Gas Natural São Paulo Sul S.A. passou a deter o direito de abastecer 93 municípios na região sul do estado de São Paulo com gás natural canalizado. Este valor é amortizado linearmente em 28 anos, a partir de fevereiro de 2002, data em que os benefícios começaram a ser gerados.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) *Software* em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Como resultado da adoção e da interpretação do ICPC 01, a Companhia reclassificou para a rubrica "Intangível" referente aos bens vinculados a concessão que estão sujeitos à reversão no final do prazo da concessão, conforme previsto no Contrato de Concessão, divulgado na Nota 2.8 (ii), sendo que esses montantes são compostos pelos seguintes ativos em 31 de dezembro de 2015:

	Custo	Depreciação acumulada	2015 Saldo contábil líquido	2014 Saldo contábil líquido
Terrenos	445		445	445
Edificações e obras civis	1.141	(1.023)	118	1.646
Rede de gás	447.411	(115.220)	332.192	252.848
Máquinas e equipamentos	4.215	(2.906)	1.309	823
Equipamentos de informática – <i>Hardware</i>	2.403	(2.271)	132	207
Móveis e utensílios	722	(633)	88	123
Veículos	1.478	(1.231)	247	479
Benfeitorias em imóveis de terceiros	556	(236)	320	351
Obras em andamento (i)	27.438		27.438	61.278
	485.810	(123.521)	362.289	318.199

(i) "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede dos municípios paulistas de Alumínio, Boituva, Botucatu, Cerquillo, Itapetininga, Itu, Laranjal Paulista, Mairinque, Porto feliz, Salto, São Roque, Sorocaba, Tatuí, Tietê e Votorantim.

Referem-se a obras de expansão dos segmentos residencial e comercial. Enquanto houver potencial de clientes, estas obras continuarão a existir em regime de continuidade.

Para o caso de Botucatu, que se trata de uma obrigação regulatória requerida no contrato de concessão, a obra encontra-se concluída com uma extensão de 105,12 km, desde a cidade de Laranjal Paulista, aonde teve início, até a cidade de Botucatu. O gasoduto encontra-se em carga e teve sua Autorização para Comissionamento emitida pela CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo) em 29.05.15, cumprindo a meta mínima do contrato de concessão. O valor total investido foi de R\$ 82.469.

Em 2014, a Companhia investiu R\$ 71.600, sendo que 90% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 7.200, foi destinado à manutenção da rede e demais gastos operacionais da Companhia, como exceção ocorrida este ano temos a compra de um terreno no valor de R\$ 410. Em 2015, a Companhia investiu R\$ 60.000, sendo que 91% dos investimentos foram destinados à construção de infraestrutura de distribuição, e o restante, que soma cerca de R\$ 5.600, foi destinado à manutenção da rede, substituição de medidores, execução de projetos e demais gastos operacionais da Companhia.

15 Diferido

	Conversão – transformação de aparelhos	Instalações internas – captações	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014		8.327	8.327
Amortização		(3.081)	(3.081)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	5.246	5.246
Saldos em 1º de janeiro de 2015		5.246	5.246
Amortização		(2.651)	(2.651)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	2.595	2.595
Custo total	575	44.461	45.036
Amortização acumulada	(575)	(39.215)	(39.790)
Saldo contábil, líquido	-	5.246	5.246
Custo total	575	44.461	45.036
Amortização acumulada	(575)	(41.866)	(42.441)
Saldo contábil, líquido	-	2.595	2.595
Taxas anuais de amortização (%)	10	10	

16 Empréstimo – Cédula de Crédito Bancário

	2015	2014
Empréstimo	69.072	39.520
Encargos provisionados sobre financiamentos	2.785	404
Total	71.857	39.924
Circulante	(2.384)	(404)
Não circulante – Exigível a longo prazo	69.473	39.520

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. Operações *clean*, sem garantias e sem *covenants*. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 106,7% do CDI.

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

		2015		2014	
	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional					
Banco ING	X	769	39.473	404	39.520
Banco Mizuho	X	1.615	30.000		
		2.384	69.473	404	39.520

(*) Lc – Linha de crédito

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	2015	2014
2017	39.473	39.520
2018	30.000	
	69.473	39.520

17 Fornecedores

	2015	2014
Fornecedor de gás	33.010	32.211
Fornecedores de materiais e serviços	8.019	12.759
Retenções contratuais	3.949	3.350
	44.978	48.320

18 Tributos a pagar

	2015	2014
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	5.251	6.057
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte	57	116
Outros	1.256	1.666
	<u>6.564</u>	<u>7.839</u>

19 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas (subsidiariamente às empreiteiras de serviços), cíveis e outros, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. A avaliação da necessidade de provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos é efetuada pela Administração, amparada na opinião de seus consultores legais internos e externos. As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015 contemplam provisão para contingências, no montante de R\$ 5.333 (em 2014 de R\$ 4.776) para fazer face às perdas prováveis.

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

Os depósitos judiciais totalizam R\$ 644 (em 2014 de R\$ 867)

	2015		2014	
	Provisões	Depósitos	Líquido	Líquido
Trabalhistas (a)	2.638	266	2.372	1.930
Cíveis (b)	1.830		1.715	1.715
Regulatória (c)	1.131		1.131	1.131
	<u>5.559</u>	<u>266</u>	<u>5.333</u>	<u>4.776</u>

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue.

(a) Trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se às ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade subsidiária. A quantidade destas ações é demonstrada da seguinte forma:

	2015	2014
Quantidade de ações movidas por ex-empregados terceiros	63	56
	<u>63</u>	<u>56</u>

Os contratos junto às empreiteiras de serviços possuem cláusulas determinando que essas demandas sejam suportadas exclusivamente pelas prestadoras de serviços. Adicionalmente, as seguintes garantias alternativas são exercidas: (i) pacto de retenção de 5% do valor máximo do contrato; e (ii) apresentação de seguro ou fiança bancária, por parte da contratada, para cobrir eventuais perdas.

(b) Cíveis

(i) Decorrentes de serviços prestados por terceiros a clientes da Companhia

As eventuais demandas são suportadas por cláusulas contratuais onde, havendo inércia injustificada na solução por parte das contratadas, a Companhia poderá efetuar a quitação

financeira junto aos seus clientes e subsequentemente se ressarcir com redução nos pagamentos para as prestadoras de serviços.

(ii) Decorrentes de sinistros contra a Companhia

Em decorrência do contrato de concessão, é mantida apólice de seguros com cobertura de riscos de responsabilidade civil e riscos operacionais.

(c) Regulatória

A contingência regulatória refere-se à ação movida pela ARSESP sobre a cobrança de valores retroativos da taxa de fiscalização. O Regulador pretende receber os valores de supostas diferenças de taxas dos anos 2008 a 2013.

(d) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Existem outros processos trabalhistas no montante de R\$ 87 em 31 de dezembro de 2015 (em 2014 de R\$ 128) sendo avaliados como risco de perda possível, para os quais, conforme parecer dos assessores jurídicos, não há necessidade de provisão neste momento.

20 Compromisso com o poder concedente

De acordo com o Contrato de Concessão firmado em 31/05/2000, entre a Gas Natural São Paulo Sul e o Estado de São Paulo, no âmbito da Comissão de Serviços Públicos de Energia – CSPE, sucedida a partir de 7 de dezembro de 2007 pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, a Companhia assumiu o compromisso de prestar o serviço de distribuição de gás natural canalizado para 93 município na região sul do Estado, onde não havia serviço de distribuição de gás. Ao final do Exercício de 2015 a Companhia atende a 20 municípios por meio de uma rede de 1,4 mil km de extensão.

O plano de investimentos da Companhia aprovado na 2ª Revisão Tarifária, para o quinquênio 06/2010-05/2015, prevê um montante de investimento correspondente a R\$ 88.063 mil (moeda Abr/10, data da apresentação da proposta para a Revisão Tarifária ao Regulador conforme contrato de concessão), tendo sido realizado 60% deste valor durante o ciclo tarifário.

21 Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2015 é composto por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, distribuídas como segue:

Acionistas	2015	2014
Gas Natural Internacional SDG, S.A.	595.799.876	595.799.876
Sergio Manuel Aranda Moreno	1	1
	<u>595.799.877</u>	<u>595.799.877</u>

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Os titulares das ações têm direito a um dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, após a absorção de prejuízos acumulados e constituição da reserva legal.

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 11 de dezembro de 2013, os acionistas deliberaram a transferência da totalidade das ações da Gas Natural SDG, S.A. para Gas Natural Internacional SDG, S.A.

(b) Reserva legal

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social e 30% do capital acrescido da reserva de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(c) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia. Até o ano de 2010 a Companhia constituiu reserva de expansão, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, não foi constituída reserva de expansão em 31 de dezembro de 2015.

(d) Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração da Companhia propôs o pagamento de dividendos adicionais no montante de R\$ 5.170, proveniente de 25% do resultado apurado em 2015, abatidos os Juros sobre Capital Próprio. A Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2015 aprovou a distribuição dos dividendos adicionais sobre o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 30.619.

22 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015, aprovou o pagamento de JCP no montante de R\$ 9.723, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP. O saldo remanescente, no valor de R\$ 5.170, permaneceu no patrimônio líquido da Companhia e terá a destinação atribuída pela Assembleia Geral de Acionistas que será realizada em abril de 2016.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2015	2014
Lucro líquido do exercício	15.677	63.872
Constituição da reserva legal	(784)	(3.194)
Base de cálculo dos dividendos	14.893	60.678
Dividendos	9.723	15.170
Juros sobre o capital próprio a pagar	9.723	15.170
Dividendo adicional proposto a aprovar	5.170	45.508
	14.893	60.678

23 Receita

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2015	2014
Venda de gás	533.322	603.945
Contratos de construção	53.707	67.811
Outras receitas	427	833
Total receita bruta	587.456	672.139
(-) Deduções da receita Bruta	(113.192)	(128.021)
Receita líquida	474.264	544.118

Os mercados residencial, comercial e industrial tiveram uma redução na tarifa a partir de 31.05.2015 em função do repasse do custo de gás autorizado pela ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) através da Deliberação nº 577. Além disso, tivemos uma redução de 5% no volume de gás vendido ao mercado industrial.

24 Custo do serviço

	2015	2014
Compra de gás e de serviços	(324.863)	(320.816)
Custo dos contratos de construção	(53.707)	(67.811)
Custo de pessoal	(2.772)	(2.286)
	(381.342)	(390.913)

25 Resultado financeiro, líquido

	2015	2014
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.110	3.823
Outras receitas financeiras	1.131	1.031
	4.241	4.854
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.780)	(34)
Comissões e tarifas de cobrança	(30)	(24)
Fiança bancária	(358)	(280)
IOF – Imposto sobre Operações Financeiras	(369)	(78)
Outras despesas financeiras	(169)	(225)
	(4.706)	(641)
Atualizações monetárias, líquidas		
Atualizações monetárias passivas	(549)	(439)
Atualizações monetárias ativas	177	26
	(372)	(413)
	(837)	3.800

26 Serviços administrativos e outros gastos gerais

	2015	2014
Custo de pessoal	(3.125)	(3.146)
Utilidades, materiais e serviços	(2.778)	(3.168)
Serviço de manutenção	(5.972)	(4.682)
Serviços de profissionais independentes e contratados	(13.719)	(13.292)
Publicidade e propaganda	(1.310)	(1.144)
Despesas com royalties	(2.965)	(6.309)
Aluguéis	(631)	(547)
Amortizações do intangível e diferido (Notas 14 e 15)	(36.755)	(34.745)
	(67.255)	(67.034)

27 Outras despesas operacionais, líquidas

	2015	2014
Outras despesas gerais/operacionais	995	2.325
Viagens e estadias	208	201
Despesas com equipamentos vendidos	706	659
Receita de vendas de equipamentos	(680)	(658)
Outras receitas operacionais	(1)	(5)
Impostos e taxas (i)	2.966	2.783
Provisões (ii)	8	2.245
Perdas e recuperação de créditos	1.263	749
	<u>5.465</u>	<u>8.299</u>

(i) Refere-se a valores de taxa de fiscalização da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo).

(ii) Refere-se a provisões para contingências trabalhistas, cíveis e regulatórias. A variação é decorrente de provisão de contingência regulatória realizada em 2014 referente à ação movida pela ARSESP sobre a cobrança de valores retroativos da taxa de fiscalização. O Regulador pretende receber os valores de supostas diferenças de taxas dos anos 2008 a 2013 (nota 19 (c)).

28 Cobertura de seguros

A Companhia possui programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de limitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e operação. A cobertura foi contratada por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e com base na orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas	
	2015	2014
Responsabilidade civil atribuída aos conselheiros, diretores e administradores	4.000	4.000
Responsabilidade civil atribuída à Companhia	50.038	43.549
Danos materiais	163.307	163.307
Lucros cessantes	108.872	108.872

